

ECONOMIA

Economia Brasil

Ajuste já enfrenta resistências

Inocêncio diz que dificilmente passará no Congresso a cobrança de contribuição para inativos

Gustavo Miranda/13-9-98

Maria Luiza Abbott e Rudolfo Lago

BRASÍLIA

O pacote de ajuste fiscal nem foi anunciado oficialmente e já esbarra em fortes resistências entre os aliados do próprio Governo. Os cortes de 20% em média no item Outros Custeios de Capital (OCC) deverão atingir até as áreas sociais, de acordo com a proposta da equipe econômica apresentada ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Os ministros da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato Souza, já estão sendo sondados pela equipe econômica e vão resistir aos cortes em suas áreas. No Congresso, as maiores críticas partiram ontem de Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, um fiel aliado do Governo.

Inocêncio afirmou que a proposta de passar a cobrar uma contribuição dos servidores inativos para a Previdência não é ponto de acordo com os parlamentares governistas no Congresso. Segundo o líder do PFL, a idéia já foi rejeitada duas vezes na votação da reforma da Previdência e dificilmente passaria agora.

— Defendo que o ajuste seja feito em cima de cortes e não baseado em aumento de impostos e alíquotas. É muito difícil que a Câmara aprove agora algum tipo de contribuição para inativos. Isso não é objeto de acordo — disse.

Cortes atingiriam também verbas da Saúde e da Educação

O OCC, que inclui gastos com obras e programas, previa receitas e despesas de R\$ 43,357 bilhões, no orçamento encaminhado ao Congresso. A sua revisão, provocada pela queda de receita em decorrência da desaceleração da economia e da redução da inflação, além dos cortes do ajuste fiscal, deve levar a cortes de mais de R\$ 8 bilhões. Educação e Saúde juntas correspondem a R\$ 19,593 bilhões, quase metade de todo o OCC e, por isso, a equipe econômica considera impossível preservar completamente essas áreas, pois os outros teriam que enfrentar uma redução de 34% nas suas verbas. A idéia é fazer cortes escalonados, menores em Saúde e Educação.

A dificuldade política de reduzir despesas na área social é grande, especialmente na Educação e na Saúde, dois ministérios ocupados por quadros expressivos do PSDB. A resistência aos cortes na Saúde deverá ser maior ainda no Congresso, segundo políticos da base governista, porque os parlamentares não aceitarão aumentar a CPMF e ainda cortar gastos nessa área.

Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada em junho e que fixa as regras de preparação do Orçamento prevê que os recursos para a Saúde em 99 deverão ser, pelo menos, iguais aos de 98. O percentual de corte em cada área já foi decidido, mas ainda não enviado aos ministérios.



INOCÊNCIO OLIVEIRA, líder do Governo: o ajuste deve ser feito em cima de cortes e não com base no aumento de impostos e alíquotas

— A equipe econômica está isolada e os demais ministros só esperam passar o segundo turno e o anúncio oficial do pacote para bombardeá-lo — disse um político do PSDB com trânsito nos altos escalões do Governo.

A proposta de aumentar o IOF de 2% para 10% nos gastos com cartões de crédito de viagens ao exterior, em estudo nos ministérios da Fazenda e do

Planejamento, também foi descartada por técnicos do Banco Central. Segundo eles, o aumento de IOF já foi estudado no pacote 51, no ano passado, e foi descartado por problemas jurídicos.

A proposta de criar um imposto sobre os combustíveis com alíquota de 10% sobre o preço de venda e que deve render R\$ 1,5 bilhão no ano que vem já estava no pacote 51, de novembro do

ano passado, mas nunca foi implementado. O ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, não fala especificamente sobre esse imposto, mas ele sugere que, antes de cobrar mais tributos da sociedade, o Governo deveria reduzir mais as despesas, coerente com o discurso de seu partido, o PFL.

Outro foco de atrito dentro da própria equipe econômica é o projeto de lei

que obriga instituições financeiras e empresas da área imobiliária e mineradoras a pagar a Cofins e PIS.

— Se o Governo novamente não se empenhar na cobrança da Cofins dos bancos, vai ser difícil aprovar outras medidas impopulares no Congresso — disse outro parlamentar da base governista.

A ministra da Administração, Cláudia Costin, começou a preparar o terreno para a reforma administrativa que será implementada pelo Governo. Numa palestra para funcionários do Banco Central, a ministra disse que o gasto da União com os aposentados é excessivo e que algo precisa ser feito. Questionada se o aumento da contribuição de ativos e inativos ao INSS não poderia provocar evasão de funcionários por causa da queda no salário, a ministra reconheceu que isso poderia trazer riscos, mas defendeu mudanças.

— Não é justo que a sociedade arque com um sistema previdenciário que gera déficit anual, no caso do Governo federal, de R\$ 17 bilhões para um universo pequeno de funcionários — disse. ■

COLABORARAM Roberto Cordeiro e Sheila d'Amorim